15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

01- Em qual das alternativas a seguir, a unidade 'inh' pode ser compreendida não só como formadora de palavra apenas no sentido de 'pequeno':

A. Longuinho – fé
B. Pulinhos – afetividade
C. Amiguinho – desprezo
D. Pulinhos – barganha
E. Amiguinho – afetividade

OMS divulga relatório sobre mortes no trânsito e sugere redução de velocidade em áreas urbanas

Os acidentes de trânsito matam cada vez mais pessoas em todo o planeta, com 1,35 milhão de óbitos por ano, alerta a Organização Mundial da Saúde (OMS), preocupada com a falta de medidas de segurança nos países mais pobres.

Em seu relatório mundial sobre segurança nas estradas, a OMS afirma ainda que os acidentes de trânsito são atualmente a principal causa de morte entre crianças e jovens com idades entre 5 e 29 anos.

"Estas mortes representam um preço inaceitável para a mobilidade", afirmou o diretor geral da OMS, dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, em um comunicado.

"Não há desculpa para a passividade. Este relatório é um apelo aos governos e seus sócios para que adotem medidas muito mais importantes", completou.

A OMS destaca, no entanto, que "as taxas de mortalidade em relação ao tamanho da população mundial estabilizaram nos últimos anos", o que sugere que "os esforços em segurança de trânsito em alguns países de renda média e alta mitigaram a situação".

Analistas atribuem os resultados positivos em grande parte a legislações mais severas relacionadas aos principais riscos no trânsito, como a velocidade, o consumo de álcool, a direção perigosa e a ausência de cintos de segurança, capacetes de motociclistas ou cadeirinhas para crianças.

A OMS também ressalta a importância de infraestruturas mais seguras, como pistas reservadas para ciclistas e motociclistas, assim como de reforçar as condições de segurança dos veículos, como o controle eletrônico da estabilidade e dos freios.

O risco de morte nas estradas continua sendo três vezes maior nos países pobres em comparação às nações mais ricas, com as taxas mais elevadas de mortalidade na África (26,6 para cada 100.000 habitantes) e as menores na Europa (9,3 para cada 100.000 habitantes).

Brasil e redução de velocidade

O relatório faz importantes atribuições ao Brasil, como a redução de mortes no trânsito após a instauração de leis mais rígidas contra a união de álcool e direção (Lei Seca) e o início da obrigatoriedade de freios ABS em todas as motos do mercado a partir de 2019.

Por outro lado, coloca o país na pior classificação referente ao limite de velocidade em áreas urbanas. A Organização sugere que todas as cidades do mundo adotem velocidades máximas de 50 km/h nas áreas urbanas e 30 km/h em áreas residenciais e/ou com grande circulação de pessoas.

(**France Presse e G1** 07/12/2018 11h10 in: https://g1.globo.com/carros/noticia/2018/12/07/oms-divulga-relatorio-sobre-mortes-no-transito-e-sugere-reducao-de-velocidade-em-areas-urbanas.ghtml)

02- Assinale a alternativa correta quanto ao texto apresentado:

A. Prioriza a informação, ocupando-se de divulgar um fato novo, porém expressando uma opinião, privilegiando o comentário sobre esse fato.
B. Informar um acontecimento recente, dirigindo-se a um público de nicho específico, com linguagem jargão desse grupo.
C. No primeiro parágrafo do texto, apresenta-se um resumo conciso, no qual as perguntas básicas do gênero notícia são respondidas.
D. O texto é uma notícia, apoiou-se na opinião de especialistas na área e empregou-se verbos *dicendi* a fim de priorizar apenas o discurso indireto livre.
E. Apesar de importantes, a opinião de uma especialista restringiu as informações, ao não apresentar um outro ponto de vista sobre o fato noticiado, o que comprometeu a veracidade do texto.

03- Assinale a alternativa em que houve correspondência entre a questão e o fato relatado no texto:

A. O quê – relatório sobre mortes no trânsito
B. Quem – apenas o diretor geral da OMS
C. Quando – dia mundial da saúde
D. Onde – Brasil
E. Por que – pressão dos governos e seus sócios

04- "Estas mortes representam um preço inaceitável para a mobilidade"

Segundo a mensagem contida no trecho:

A. A mobilidade é algo bastante custoso.
B. A mobilidade tornou-se insustentável e causa mortes.
C. A mobilidade só é possível se houver redução das mortes.
D. As mortes não devem ser vistas como consequência natural da mobilidade.
E. As mortes implicam gastos que, a longo prazo, inviabilizarão a mobilidade.

05- No que concerne ao Brasil no relatório da OMS, o país:

A. Recebe atribuições como a de reduzir o número de mortes no trânsito, quando da adoção de leis mais rígidas.
B. Está isento de cobranças, pois a partir de 2019, quando a obrigatoriedade de freios ABS em carros e motos for implantada, poderá haver algum estudo definitivo.
C. Tomou medidas acertadas de segurança, como a Lei Seca, porém ainda tem altas velocidades limite em áreas urbanas.
D. Aplicou leis mais rígidas sobre a união de álcool e direção, mas na mesma medida, facilitou o controle da velocidade dos carros nas cidades e áreas de grande concentração, mantendo seus dados iguais.
E. Ficou na pior classificação quanto à velocidade limite nas áreas urbanas, devido à concessão da Lei Seca, que compensa o impedimento da ingestão de álcool com a permissividade

06- 'Não há desculpa para a passividade. Este relatório é um apelo aos governos e seus sócios para que adotem medidas muito mais importantes', completou.
A OMS destaca, no entanto, que 'as taxas de mortalidade em relação ao tamanho da população mundial estabilizaram nos últimos anos', o que sugere que 'os esforços em segurança de trânsito em alguns países de renda média e alta mitigaram a situação'."

Assinale a alternativa correta sobre o trecho:

A. A palavra 'não' no início do trecho nega a ideia de que os governos podem adotar medidas passíveis de erros no controle das mortes no trânsito.
B. A expressão 'no entanto', introduz uma afirmação que de certa forma se opõe à dada anteriormente, porém sem negá-la, já que as mortes apenas se estabilizaram.
C. No trecho, 'renda média e alta' o autor tenta mostrar que apenas os países onde há dinheiro suficiente para que a população exija medidas de segurança no trânsito podem alterar os dados da OMS.
D. O emprego de 'alguns' tem a função de explicar ao leitor que os resultados obtidos são da responsabilidade dos países que não adotaram medidas de segurança no trânsito.
E. Em 'sugere que', o autor dá sua visão do que pode ser feito nos países de renda média e alta para que diminuam as mortes no trânsito.

07- 'os esforços em segurança de trânsito em alguns países de renda média e alta ***mitigaram*** a situação'

A palavra destacada foi empregada no sentido de:

A. Abrandar
B. Emplacar
C. Prejudicar
D. Financiar
E. Humanizar

08- Leia as frases abaixo e depois assinale a sequência que completa as lacunas corretamente:

I- "Ora cabe humor, ora cabe _____ para representar de alguma forma os momentos emblemáticos do novo filme Dumbo."
II- "O autodeclarado presidente teve seus direitos políticos _____ .
III- " Preso que tentava fugir vestido de agente penitenciário é pego ***no*** _____ e vai pro isolamento."
IV- "o cãozinho estava deitado na caminha dele, pupila _____, babando, mal conseguia ficar em pé."

A. Descrição – caçados – flagra – dilatada.
B. Descrição – caçados – fraga- dilatada.
C. Descrição – cassados – fragra – delatada.
D. Discrição – cassados – flagra – delatada.
E. Discrição – cassados – flagra – dilatada.

09- Assinale a análise correta:

A. 'que isto é ódio' tem valor de complemento de 'penso'.
B. 'ódio' no segundo quadrinho é uma oração subordinada objetiva direta.
C. 'quando' introduz um complemento formado por uma oração com função de adjetivo.
D. 'eu aviso' é oração subordinada adverbial temporal.
E. 'agora' é oração subordinada adverbial temporal.

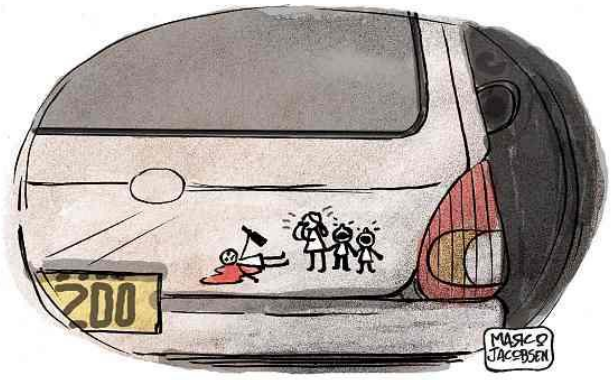
10- Em qual das alternativas há uma palavra acentuada pela mesma regra que 'ódio'?

A. Túneis
B. Bíceps
C. Mágoa
D. Ninguém
E. Baús

11- Em qual dos trechos a seguir ocorreu crase e não foi empregado o acento grave?

A. "Visitar a igreja do Santo Sepulcro sem coordenar com autoridades palestinas é quebrar a tradição diplomática internacional." (O Globo)
B. "Nova regra do INSS restringe empréstimos a novos beneficiários." (A Folha Vitória)

C. "O setor industrial da China voltou inesperadamente a crescer em março pela primeira vez em quatro meses." (G1)
D. "Comediante leva 1º turno das eleições da Ucrânia e vai a segundo turno. (Estado de Minas)
E. "O ator Hugo Bonemer sofreu uma tentativa de assalto na última quinta (28), as vésperas de sua estreia no Show dos Famosos" (O Dia)a)



(http://marcojacobsen.zip.net/ 04/11/2019)

12- A charge faz referência a um adesivo bastante usado em carros de família. Porém há uma mudança significativa no desenho. A que ela se refere?

A. Às famílias que perdem o pai para o crime organizado.
B. Às brigas que as crianças geralmente têm dentro do carro em viagens longas.
C. Às mortes de homens pelas consequências da combinação bebida e direção.
D. À difusão de modismos, como o adesivo em questão, que é usado sem cuidado pela maioria das famílias.
E. Às mulheres que não permitem que seus maridos dirijam enquanto bebem.

13- Apesar de não empregar linguagem verbal, o texto busca passar uma mensagem. Como o autor conseguiu isso?

A. Por meio da quebra da expectativa sobre os desenhos que comumente são usados nos carros.
B. Pela comparação com anúncios e propagandas sobre o tema abordado.
C. Pela ausência de semelhanças entre o desenho original e o que o substitui.
D. Por meio da memória afetiva daqueles que viveram situação semelhante e mudarão de atitude.
E. Por meio da expectativa de que o leitor tenha conhecimento de mundo suficiente para entender o que o autor pretendia.

14- Em qual dos trechos a seguir a vírgula foi empregada em desacordo com a norma culta da língua:

A. "O melhor do mundo é o Cristiano e esse ano vai ser de novo, porque ele vai ganhar a Champions. Porque ele é vitorioso. Ganhador. Um homem, uma máquina, uma besta enjaulada com ódio!" (Bol)
B. Você já pensou na semelhança que há, entre os cientistas e os pescadores? (O Que é Científico?)
C. "Com maestria, ele discute a crescente virtualização do corpo e suas relações." (Pierre Levy)
D. "Algumas coisas não mudam na vida do ator Cauã Reymond. Aos 38 anos, o carioca gente boa mantém o foco e a determinação do início da carreira." (O Globo)
E. "Foi por um triz, mas a festa no Maracanã foi rubro-negra."

15- Leia o trecho e depois assinale a sequência correta:

"Colégios e universidades fazem parceria para aulas optativas no Ensino Médio. Com metodologia parecida _____ da graduação, disciplinas extras funcionam como um primeiro contato com o ensino superior e atrai os alunos.
Esse tipo de tarefa já _____parte de vestibulares modernos, como o do INSPER. A dificuldade hoje é que _____ um leque de opções maior, e isso implica ter mais dúvidas. Na mídia _____ havendo bombardeios diários de que daqui _____ 20 anos nenhum curso de graduação que _____ hoje vai continuar existindo, o que cria um clima de ansiedade nos alunos." (Estadão, 01/04/2019)

A. À – faz – há – está – a – existe
B. A – faz – há – estão – à – existe
C. À – fazem – há – estão – à – existem
D. A – fazem – há – estão – a – existem
E. À – faz – a – está – a – existem

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16 – A Administração Pública está submetida a uma série de princípios, que estabelecem tanto direitos aos administrados, quanto prerrogativas aos administradores. Nesse contexto, julgue os itens abaixo.

I. Tanto os órgãos da Administração Direta, quanto os da Administração Indireta devem estar submetidos aos princípios que regem a Administração Pública.
II. A Administração Pública deve observar apenas os princípios da Moralidade, Impessoalidade, Eficiência, Legalidade e Publicidade, uma vez que tais princípios estão expressamente previstos no artigo 37 da CF/88, sendo este um rol taxativo.
III. Os princípios da Eficiência, Publicidade, Legalidade, Moralidade e Impessoalidade são considerados princípios expressos, uma vez que constam do Capítulo VII do Código de Direito Administrativo.
IV. Os princípios representam diretrizes fundamentais pelas quais a Administração deverá pautar sua atuação, de modo que qualquer conduta administrativa que se mostrar diametralmente oposta a qualquer dos princípios não poderá ser considerada válida.

V. Caso haja conflito entre os princípios, deverá ser adotada a ponderação de valores a fim de se determinar qual o princípio preponderante e aplicável ao caso em questão.

Quanto aos itens anteriores, é correto afirmar que:

A. Apenas os itens III e V são falsos.
B. Existem apenas dois itens verdadeiros.
C. Todos os itens são verdadeiros.
D. Apenas os itens II e III são falsos.
E. Só existe um item falso.

17 – É ato que provém do Chefe do Executivo, cuja finalidade é a de regulamentar a execução de leis:

A. Portaria
B. Decreto
C. Resolução
D. Instrução normativa
E. Parecer

18 – Acerca do controle da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

( ) O controle alcança toda a atividade administrativa.
( ) O controle da Administração abrange os mecanismos jurídicos e administrativos mediante os quais se exerce a fiscalização e a revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de Poder.
( ) A fiscalização realizada através do controle consiste na possibilidade de corrigir condutas administrativas em virtude de não terem cumprido determinado dispositivo legal.
( ) O controle da Administração Pública se apoia no princípio constitucional da Legalidade.
( ) O controle exercido pelos Tribunais de Contas Estaduais consiste em espécie de controle judicial da Administração Pública.

A alternativa que apresenta a sequência correta é:

A. V, V, F, V, F.
B. F, V, F, V, F.
C. F, F, V, V, V.
D. F, F, F, F, F.
E. V, V, V, V, V.

19 – Acerca da inexigibilidade de licitação, à luz da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências; assinale a alternativa correta:

A. É defeso à administração pública inexigir licitação para compras e contratos de prestação de serviços ou obras, por força dos princípios da supremacia do interesse público e da impessoalidade, que regem a administração pública.
B. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição para aquisição de materiais, equipamentos de marca pré-determinada pela administração pública, que só possam ser fornecidos por representante comercial exclusivo.
C. Será inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião púbica.
D. Será inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição para contratação de profissional de qualquer setor artístico, apenas diretamente, sendo vedada a contratação através de empresário exclusivo ou empresa que explore atividade econômica, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião púbica.
E. Diante da situação de inexigibilidade de licitação, estará dispensada a instrução do processo de licitação, bastando a exaração de parecer técnico que fundamente a escolha do fornecedor ou executante.

20 – São formas de provimento de cargo público, exceto:

A. Nomeação
B. Promoção
C. Ascensão
D. Readaptação
E. Recondução

21 – O prefeito de determinado município resolve determinar a reforma de seu gabinete na prefeitura. Os recursos para a reforma serão advindos dos cofres públicos do município. O referido prefeito gostaria que a obra de reforma de seu gabinete fosse realizada pela empresa de engenharia de seu amigo de infância. Todavia, por força dos princípios que regem a administração pública, a referida prefeitura deverá promover licitação para contratação da melhor proposta. Qual o principal princípio que rege a administração pública que impede que o prefeito escolha a empresa de engenharia de seu amigo, ao mesmo tempo que força a administração pública a promover a referida licitação?

A. Princípio da publicidade
B. Princípio da legalidade
C. Princípio da impessoalidade
D. Princípio da eficiência
E. Princípio da indisponibilidade da coisa pública

22 - Quanto à função do Controle Interno, julgue os itens abaixo.

I. O controle interno possibilita a racionalização dos recursos públicos.
II. O controle interno permite que se evite a prática de atos contrários a leis e regulamentos.
III. O controle interno contribui para a transparências das ações da administração.

IV. Por força de disposição constitucional, é obrigatória a criação e manutenção do controle interno municipal.
V. O controle interno permite que o administrador tenha uma visão ampla sobre diversas situações da administração, possibilitando a adoção de medidas que visem evitar o desperdício de numerário e de bens públicos.

Da análise dos itens anteriores, é correto afirmar que:

A. Apenas os itens III e V são falsos.
B. Existem apenas dois itens verdadeiros.
C. Todos os itens são verdadeiros.
D. Apenas os itens II e III são falsos.
E. Só existe um item falso.

23 – Assinale a única alternativa incorreta com relação às licitações.

A. As licitações devem sempre observar os princípios da isonomia e da competitividade.
B. A licitação é um procedimento através do qual a Administração poderá selecionar a proposta mais vantajosa.
C. Na licitação ocorre uma disputa entre os licitantes, que devem estar em paridade de condições, ressalvadas as hipóteses legais de tratamentos diferenciados.
D. A obrigatoriedade de realização de licitação pela Administração Pública é decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público.
E. Um dos princípios fundamentais das licitações é a competitividade, pelo qual se assegura que os participantes terão igualdade de condições na disputa.

24 – Sobre o plano plurianual é correto afirmar, exceto:

A. É estabelecido mediante lei de inciativa do Poder Executivo.
B. Visando garantir a continuidade administrativa, o Plano Plurianual só começa a valer no início do segundo ano de um governo, tendo sua vigência até o final do primeiro ano do governo seguinte.
C. O projeto de lei referente ao Plano Plurianual deve ser apreciado pelo Senado Federal, em dois turnos, sendo necessária a sua aprovação por maioria absoluta no primeiro e maioria simples no segundo.
D. Os projetos de lei que modifiquem a lei de orçamento anual só poderão ser aprovados se estiverem compatíveis com o Plano Plurianual.
E. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

25 - Analise as proposições e faça a associação correta.

I. Princípio da Legalidade
II. Princípio da Impessoalidade
III. Princípio da Supremacia do Interesse Público
IV. Princípio da Publicidade
V. Princípio da Economia
VI. Princípio da Eficiência
VII. Princípio da Autotutela

( ) Determinado servidor público, no exercício de suas funções, tem a oportunidade de agilizar determinada demanda de certo cidadão por quem tem muito apreço, em detrimento de outros cidadãos. Todavia, essa conduta lhe é vedada, sobretudo por força de qual princípio que rege a administração pública?
( ) Determinado servidor público, em atuação em determinado processo de licitação para aquisição de material de escritório, com o objetivo de beneficiar determinada empresa, pretende suprimir as publicações do edital de convocação para a referida licitação. Essa conduta do servidor público, além de estar em desobediência à Lei de Licitações, fere principalmente qual princípio da administração pública?
( ) O prefeito de determinado município comprou um carro novo para seu uso pessoal, tendo usado os seus recursos próprios, sem qualquer ilegalidade. O referido prefeito gostou tanto do modelo de seu carro que pretende determinar que toda a frota da prefeitura seja substituída exclusivamente pelo referido modelo. Ocorre que, apesar de o prefeito, em sua seara privada, poder escolher que modelo de carro utilizar, na seara pública, os agentes públicos só poderão praticar atos que sejam autorizados por lei. Qual o princípio da administração pública que determina esta distinção?
( ) O prefeito de determinado município resolve desapropriar um imóvel em determinado bairro da cidade para utilizá-lo para construção de uma escola municipal, já que naquele bairro ainda não havia nenhuma escola. Qual o principal princípio da administração pública que fundamenta esta decisão do prefeito?

Assinale a única alternativa que indica os princípios que respondem as proposições corretamente:

A. Princípio da Impessoalidade, Princípio da Publicidade, Princípio da Legalidade e Princípio da Supremacia do Interesse Público.
B. Princípio da Eficiência, Princípio da Legalidade, Princípio da Economia, Princípio da Autotutela.
C. Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Eficiência e Princípio da Impessoalidade.
D. Princípio da Autotutela, Princípio da Impessoalidade, Princípio da Legalidade e Princípio da Eficiência.
E. Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade, Princípio da Eficiência e Princípio da Supremacia do Interesse Público.

26 - À luz da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, analise os institutos e os conceitos descritos e assinale a única alternativa que indique a correta associação entre eles:

I - dívida pública consolidada ou fundada
II - dívida pública mobiliária
III - operação de crédito
IV - concessão de garantia
V - refinanciamento da dívida mobiliária

( ) Considera-se a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
( ) Trata-se do compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
( ) Trata-se do montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
( ) Procedimento através do qual se faz a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
( ) É o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

A. I, II, III, IV, V.
B. II, IV, I, V, III.
C. I, V, II, IV, III.
D. III, IV, I, II, V.
E. V, IV, III, II, I.

27 - Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Se o administrador público praticar algum ato que não tenha previsão legal, este ato será ilícito.	**PORQUE**	II. A Administração Pública está submetida ao Princípio da Legalidade, o qual implica a subordinação completa do administrador à lei.

A. A primeira proposição está correta e a segunda proposição está incorreta.
B. A primeira proposição está incorreta e a segunda proposição está correta.
C. As duas proposições estão corretas e a segunda é justificativa da primeira.
D. As duas proposições estão corretas, mas a segunda não justifica a primeira.
E. Nenhuma das proposições está correta.

28 – No tocante aos pareceres, assinale a alternativa correta.

A. Os pareceres vinculam a autoridade que tem a competência decisória.
B. Os pareceres contêm o juízo de valor da pessoa que o emitiu acerca da matéria que foi posta à sua apreciação.
C. Os pareceres são obrigatórios para a formação legal de todos os atos administrativos.
D. O agente que produz o parecer deve ser considerado solidariamente responsável com o agente que produz o ato administrativo final.
E. Os pareceres são atos pelos quais as autoridades se comunicam entre si, ou com terceiros, podendo conter solicitações, recomendações, informações ou imposições.

29 – Sobre o controle da Administração Pública é incorreto afirmar:

A. O controle interno é exercido por órgão pertencente ao mesmo Poder que produziu a conduta administrativa que se pretende analisar.
B. O controle externo é exercido por órgãos pertencentes a Poderes diversos daquele onde a conduta administrativa se originou.
C. O controle externo é decorrente da submissão do Poder Executivo ao Poder Legislativo.
D. O controle interno auxilia o controle externo.
E. O controle externo dos gastos municipais é realizado pela Câmara de Vereadores Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

30 – São requisitos básicos para investidura em cargo público, exceto:

A. Gozo dos direitos políticos
B. Nível de escolaridade de ensino médio completo
C. Idade mínima de dezoito anos
D. Aptidão física e mental
E. Nacionalidade brasileira

31 – Têm o dever de prestar contas, por estarem sujeitos ao controle externo, exceto:

A. A pessoa física que utilizou recursos públicos para realização de atração cultural.
B. A pessoa jurídica privada que assumir obrigação pecuniária em nome da União.
C. A fundação financiada por recursos próprios do Município.
D. A pessoa jurídica privada que adquiriu, mediante leilão, frota de ônibus anteriormente pertencente ao Estado.
E. A pessoa jurídica pública responsável pela arrecadação dos impostos municipais.

32 – Modalidade de licitação na qual os participantes já devem estar devidamente cadastrados, ou devem atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, desde que atendam a todas as condições exigidas para a qualificação. Trata-se de:

A. Concorrência
B. Tomada de preços
C. Leilão
D. Pregão
E. Convite

33 – Acerca dos tribunais de contas estaduais, é correto o que se afirma em:

A. Os tribunais de contas estaduais, por terem seus membros indicados pelo governador do estado, não têm competência para analisar as contas prestadas pelo governador, devendo as mesmas serem submetidas ao crivo do Tribunal de Contas da União.
B. Os tribunais de contas dos estados são órgãos vinculados aos tribunais de justiça e ministério público estaduais.
C. Os tribunais de contas são responsáveis pelo julgamento das contas do Poder Legislativo, mas as contas prestadas pelo Judiciário e pelo Ministério Público são analisadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
D. Para a realização de auditorias de natureza patrimonial pelos tribunais de contas estaduais é imprescindível a prévia solicitação das Assembleias Legislativas.
E. Cabe aos tribunais de contas estaduais a fiscalização das prestações de contas anuais dos prefeitos, devendo emitir parecer prévio.

34 – O prazo mínimo entre a publicação do edital e o recebimento das propostas para licitações na modalidade concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral, é de:

A. Quarenta e cinco dias.
B. Trinta dias.
C. Quinze dias.
D. Cinco dias úteis.
E. Trinta dias úteis.

35 – Devem ser atributos da redação oficial, exceto:

A. Pessoalidade
B. Concisão
C. Padronização
D. Objetividade
E. Precisão

36 – Sobre o regime jurídico dos servidores públicos, seus direitos e deveres, julgue as proposições em (V) para Verdadeira e (F) para Falsa e assinale a única alternativa que indique a sequência correta.

( ) O servidor público habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar três anos de efetivo exercício.
( ) Uma das hipóteses de que decorrem a vacância do cargo público é a posse do servidor público em outro cargo inacumulável.
( ) O servidor público que já adquiriu sua estabilidade só poderá perder o seu cargo público exclusivamente em virtude de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
( ) Enquanto está em seu estágio probatório, o servidor público não poderá exercer cargos de provimento em comissão, ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.

A. F, F, F, F
B. F, V, F, F
C. V, V, F, F
D. V, V, V, F
E. F, V, V, F

37 – É instrumento formal através do qual a Administração Pública expressa seu consentimento para que um particular desenvolva certa atividade. Trata-se de:

A. Alvará
B. Ofício
C. Portaria
D. Resolução
E. Ordem de serviço

38 – Sobre os procedimentos licitatórios, julgue os itens a seguir.

I. Em regra, as licitações devem ser realizadas no local onde se situar a repartição interessada.
II. É possível a habilitação de licitantes cuja sede seja situada em locais diversos daquele onde será realizada a licitação.
III. Numa licitação para construção de creche municipal financiada com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deverá ocorrer a publicação do aviso contendo o resumo do edital no Diário Oficial da União, no mínimo por uma vez.
IV. No aviso de licitação deverá constar o local onde os interessados poderão ter acesso ao edital da licitação.
V. Quando a licitação for realizada no mesmo local da repartição interessada, não há exigência legal de publicação do aviso em jornal de grande circulação ou diário oficial, bastando para a divulgação a afixação do aviso nos quadros da própria repartição.

Quanto aos itens anteriores, é correto afirmar que:

A. Apenas os itens III e V são falsos.
B. Existem apenas dois itens verdadeiros.
C. Todos os itens são verdadeiros.
D. Apenas os itens II e III são falsos.
E. Só existe um item falso.

39 – Acerca dos servidores públicos, à luz da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa incorreta:

A. É dever do servidor público atender com presteza à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.
B. É proibido ao servidor público atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
C. É imperativo ao servidor público cumprir as ordens superiores, com exceção daquelas manifestamente ilegais.
D. O servidor público não deverá praticar usura sob qualquer de suas formas.
E. É defeso ao servidor público representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

40 – Com relação às licitações, não se pode afirmar que:

A. Nos casos de compras para entrega futura, a Administração pode estabelecer no instrumento convocatório a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, como critério objetivo de comprovação da capacidade econômico-financeira dos licitantes.
B. Nos casos de licitações para obras e serviços, a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes.
C. A certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho é documento válido para a comprovação da regularidade trabalhista.
D. Só serão admitidos os documentos de habilitação quando apresentados por qualquer meio de cópia reprográfica se estiverem devidamente autenticados em cartório.
E. É permitido por lei que a Administração exija, no instrumento convocatório, que os licitantes apresentem a relação dos compromissos assumidos que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira.